

## **DA LUTA PELA TERRA PARA LUTA [PARA FICAR] NA TERRA: os movimentos do Movimento e os assentamentos gaúchos.**

Aline Weber Sulzbacher<sup>1</sup>

### **Resumo**

Neste artigo objetiva-se analisar e discutir as leituras políticas da constituição e articulação do MST, enquanto um movimento social do campo no Rio Grande do Sul, sobre as principais permanências que permitem relativa autogestão na articulação escalar e política entre o Movimento e os assentamentos. Entre mudanças e permanências, que dão relativa coesão sociopolítica, abordaremos uma questão central que é a mudança na compreensão da luta pela terra para a luta na terra. Esta mudança, que não é excludente (pois, afinal, em sentido ampliado, a luta pela terra continua), marca um processo de mobilização interna para fortalecer ou estimular a produção nos assentamentos rurais com o acesso a canais de comercialização, sobretudo via mercados institucionais. A luta pela e na terra marcam duas posições políticas articuladas que caracterizam uma nova compreensão e frente de atuação, além de implicar, também, em rupturas e retomadas na relação com o Estado e, também, em outras formas de relação com a sociedade de modo geral. Os movimentos do Movimento em seus processos de redefinição de pautas políticas e de organização interna, tem repercussão, sobretudo na qualidade com a qual o Movimento social se posiciona e discute sobre as marcas da estrutura agrária brasileira, sobre o papel da reforma agrária no processo de desenvolvimento do campo brasileiro, sobre a produção de espaços não somente produtivos, mas também de vida.

**Palavras chaves:** Questão agrária, MST, projetos para assentamentos

### **Introdução**

Conforme Relatório DATALUTA, em 2012, havia seis movimentos socioterritoriais<sup>2</sup> atuantes no Rio Grande do Sul, sendo eles a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), o MST e a Via Campesina (NEAG, 2012). Desta forma, importa salientar que a relação entre

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (FIH), nos cursos de Geografia-Licenciatura, de Bacharelado em Humanidades e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos Rurais (PPGER) da UFVJM. E-mail: [awsulzba@gmail.com](mailto:awsulzba@gmail.com)

<sup>2</sup> Conforme propositura de Fernandes (2005, p. 08) "Os movimentos (socioterritoriais) territorializados são aqueles que atuam em diversas macrorregiões e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização". [...] No campo e na floresta, os movimentos socioterritoriais são predominantemente movimentos camponeses, movimentos camponeses-indígenas e movimentos indígenas em luta pela terra e pelo território. Na cidade, os movimentos socioterritoriais são predominantemente os movimentos de sem-teto. Constroem seus espaços e espacializam-se para conquistar o território, promovendo assim a territorialização da luta pela terra e pela moradia".

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e assentamentos não é exclusiva, de forma que existem outros movimentos ou instituições e outros processos vinculados à luta pela terra.

Essa diversidade de organizações sociopolíticas tem papel relevante na construção política de leituras sobre a questão agrária e sobre projetos voltados para desenvolvimento do campo. Exercem, sobretudo, influências nas demandas por políticas públicas executadas pelo Estado. No entanto, quando se trata de assentamentos rurais no Rio Grande do Sul, significativa parte deles tem relação direta com a atuação do MST. O Movimento iniciou o processo de luta pela terra através da ocupação de grandes propriedades na metade norte, seguindo em direção ao sul. Uma das últimas ocupações (2009) foi realizada em uma propriedade no município de São Gabriel, conhecido como “coração do latifúndio” do Rio Grande do Sul.

Desta forma, tomando esse viés de análise e considerando a sua importância política e econômica do MST junto aos assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul, temos por objetivo neste artigo analisar os elementos históricos da constituição do MST e suas respectivas compreensões políticas sobre sua organicidade e, a partir disso, discutir sobre principais permanências que permitem relativa autogestão na articulação escalar e política entre o Movimento e os assentamentos. Por fim, entre mudanças e permanências que dão relativa coesão sociopolítica, abordaremos uma questão central que é a compreensão da luta pela terra para a luta na terra. Esta mudança, que não é excludente (pois, afinal, em sentido ampliado, a luta pela terra continua), marca um processo de mobilização interna para fortalecer ou, em alguns casos, estimular a produção nos assentamentos rurais com a constituição de canais de comercialização, sobretudo via mercados institucionais. A luta pela terra e a luta na terra marcam duas posições políticas articuladas que marcam uma nova compreensão e frente de atuação de um dos principais movimentos sociais do campo no Brasil. Essa mudança implica também em rupturas e retomadas na relação com o Estado e, também, em outras formas de relação com a sociedade de modo geral.

As reflexões e questões aqui apresentadas são oriundas do percurso investigado referente à tese de doutorado<sup>3</sup>, desenvolvida no período de 2011 a 2014. Assim, em termos

---

<sup>3</sup> Programa de Pós-Graduação em Geografia, na Universidade Estadual Paulista, Campus Presidente Prudente e que contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), sob orientação Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol.

metodológicos, a pesquisa utilizou-se de uma abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica e incursões a campo para realização de entrevistas semiestruturadas – ao modo de conversas interessadas – e grupos focais com agricultores assentados. Portanto, em muitos momentos do texto serão utilizados os diálogos e observações que estes sujeitos nos ajudaram a produzir.

### **Os movimentos do Movimento: mudanças históricas, mudanças de concepções.**

*Quem não se movimenta, não sente as correntes que o prendem.*  
Rosa Luxemburgo

Ao abordar os 20 anos de existência do MST, completados em 2004, Fernandes (2006, p. 02) destaca que se trata de um “movimento camponês de caráter não sindical com vida mais longa da história do Brasil. [...] em torno de 25 anos, se considerarmos que a gestação do Movimento começou no ano de 1979, quando aconteceram as primeiras lutas de resistência na terra e ocupações de terra [...]”. Nesta trajetória, o MST passou por diferentes momentos, periodizados por Fernandes (1999), sendo o primeiro período de 1979 a 1985 identificado como a gênese e nascimento do MST e caracterizado pela construção de suas principais simbologias, princípios, concepções teóricas e de uma metodologia de luta popular. Ao dialogar com um dos agricultores assentado, que participou das primeiras ocupações de terra no Rio Grande do Sul, relata duas estratégias da década de 1980 e que são essenciais na consolidação do Movimento:

**[...] uma que quem deveria dar direção política para o processo era os próprios trabalhadores**, não copiar os exemplos históricos de outros movimentos sociais que foram muito personalizados em figura política [...]. Então o Movimento decidiu **que quem deveria dar a direção eram os próprios trabalhadores que faziam o movimento no dia a dia e decidiu que seria um movimento de caráter nacional**, então a capacidade de resistência viria destas duas características. [...] Então nesse período da década de 80 foi isso, se resumiu a constituir o Movimento, em definir os objetivos estratégicos do Movimento, e se definiu por uma **pauta mínima dos assentados e que culminou na criação do PROCERA** (Gestor Cooperativa, 05, 2012 – grifos nossos).

Importa destacar que o princípio de que quem **deveria dar a direção eram os próprios trabalhadores que faziam o movimento no dia a dia** é uma das permanências essenciais, pois indicou a capacidade de se reinventar historicamente, de fazer o Movimento *em movimento* incorporando aprendizados políticos (sobre como organizar-se enquanto grupo social e construir enfrentamento) e econômicos (como organizar-se nos assentamentos, viabilizar a produção e o Movimento). Ainda, aliou-se uma segunda estratégia, do tipo

escalar, não só de articulação entre estados, mas de composição de unidade nacional de um movimento de caráter nacional com projeção, tecendo uma identidade que aporta um determinado projeto de sociedade veiculado por simbologias que são, atualmente, reconhecidas internacionalmente. Sendo assim, além de angariar a terra, com o assentamento de milhares de famílias sem-terra, há também outras várias repercussões, sendo uma delas o reconhecimento pelo Estado da permanência/existência de um sujeito social, “camponês”, no rural brasileiro. Essa luta política fomentou a necessidade de políticas de Estado sensíveis a especificidade desses grupos.

A década de 1990, conforme nossos interlocutores, “inicia com uma autocrítica do que foi a experiência da década de 80 e com o início de uma reflexão sobre a organização da produção nos assentamentos” (Liderança Estadual 05, 2012). Tal movimento de autocrítica e reflexão sobre a organização da produção se intensificará a partir dos anos 2000, conforme retomaremos a seguir.

Na medida em que se organizava nacionalmente, na outra ponta, enfrentavam-se as dificuldades com o *começar a vida* nos assentamentos. A questão evidente era a necessidade de buscar alternativas para a reprodução social que aliassem produção agropecuária com qualidade de vida. Assim, o debate sobre a organização e viabilização da produção começa a ganhar espaço nos debates do Movimento, construindo uma pauta interna, de reivindicação e de disputa pelas políticas de Estado. Essas alternativas passaram por uma articulação entre o ideal de cooperação e de agroindustrialização, ambos de forma a garantir relativa autonomia e controle de determinada cadeia produtiva, de forma a buscar viabilidade social (emprego força de trabalho etc.) e econômica (agregação valor à matéria prima produzida pelos agricultores assentados etc.).

Pode-se dizer que até 1993, a perspectiva do MST é voltada para o confronto, no campo da reforma agrária, por um projeto de desenvolvimento do campo brasileiro. Portanto, as preocupações e desafios colocavam ao Movimento uma necessidade de revisão constante das estratégias de organização interna, inclusive pela abrangência geográfica, a fim de manter a coesão política e social. São esses movimentos, de ajustes, que moldam a estrutura organizativa do MST, como indica Fernandes (2006, p. 10):

[...] a estrutura organizativa do MST é um processo que se transforma no seu próprio movimento, expandindo com a criação de novas formas e recriação de velhas formas. Tem caráter informal e formal e uma amplitude que garante os trabalhos em todas as dimensões sociais, econômicas, ambientais e políticas. A sua consolidação não está na definibilidade da estrutura, mas em seu movimento.

A capacidade de *movimento* da estrutura é um *trunfo*, fruto de uma constante avaliação e revisão de ações, e tem por fundamento o princípio de que quem faz o Movimento são os sujeitos sem-terra. Portanto, produzem suas leituras de mundo nas relações entre o meio geográfico em que habitam e as perspectivas teóricas e leituras políticas construídas nos espaços de formação política do Movimento – de forma ampliada. Nossos diálogos a campo, em 2013, demonstraram que se vivia no âmbito do MST, um processo intenso de reajuste e redefinições, em que se recolocam em pauta questões primordiais tais como os objetivos, metas, ações, linhas prioritárias etc. expressadas no fato de que os agricultores assentados sentiram dificuldades para desenhar – de forma rápida e objetiva – a estrutura do Movimento no Rio Grande do Sul e em um dos casos, o agricultor assentado comenta sobre isso com tranquilidade:

[...] nem nós, internamente, não conseguimos mais entender, porque ela **não é mais uma coisa dada**, tudo certinho, assim, tem algumas regiões que funcionam de um jeito, em outras um pouquinho de outro jeito, e tá nessa fase de tu **migrar no processo organizativo**. [...] tem um **esqueleto político básico**, estruturado [...], **mas ele também não é uniforme**, como em outras épocas em que tu vai nos livrinhos lá e tem um diagramazinho de como funciona. [...] o que tem que compreender é que há mudança nessa década na forma organizativa, **mantendo a espinha dorsal, dentro desse contexto de um monte de mudança que há na sociedade!** (Liderança Estadual, 08, 2012).

O migrar no processo organizativo, mas ainda mantendo a espinha dorsal, ou seja, esse esqueleto político básico caracteriza essa capacidade de gerar o *movimento* no Movimento, que foi condição imprescindível para sua consolidação e adaptação às diferentes conjunturas histórico-políticas, alterando inclusive a forma de relação com o Estado e com a sociedade civil.

Ao questionarmos sobre as principais características da última década (2000 a 2010), os entrevistados destacaram a eleição de Lula seguida da expectativa em relação à efetivação da Reforma Agrária que repercutiu na massificação do MST. O início de 2000 foi muito significativo em termos de mobilização popular, conforme comenta o agricultor assentado, um ano marcado “de muita crença, de muita coisa que poderia avançar entorno da terra, a ponto que se conseguiu logo em seguida ali, massificar, aumentar a luta pela terra. [...]. Então, de fato, se criou um período que durou aí, três ou quatro anos, de muita esperança, de muita crença” (Liderança Estadual 08, 2012). E, em tons avaliativos, o agricultor prossegue falando sobre a conjuntura política até então:

Depois tu começa a entrar num **período** que acho que não é só do Movimento e sim da Esquerda de um modo geral, de muito debate, de muita divergência, **de muita**



**dificuldade de compreender o processo**, do que estava acontecendo, com compreensões diferentes, inclusive nacional, **fruto do tempo histórico de cada estado, de cada região**, então... **Tu perde essa facilidade que o Movimento tinha de ter uma leitura que fosse, que tomasse corpo, que desse uma unidade nacional de forma muito tranquila**, com essa mudança, com essa dificuldade de compreender, com as pessoas olhando o processo histórico e outras tentando compreender as alianças feitas, as mudanças que estavam acontecendo, **cria essa dificuldade do Movimento gestar seu próprio movimento**, como esquerda, de modo geral, por isso há um fracionamento da esquerda, e o Movimento foi ainda um dos poucos que conseguiu se manter, mas de certa forma **se manteve meio que se estagnando**, porque assim, se manteve, mantém unidade, mas não consegue fazer muita coisa, aí fica, fica nessa situação. Então por isso, depois daí, **ele consegue se encontrar aonde? Se encontra na base da produção**, oh **‘vamos centrar fogo na nossa base, que é os assentados’** e em alguns estados vai avançando a luta pela terra e tal, **centralidade ficou mais na produção, é onde o Movimento se encontrou** (Liderança Estadual 08, 2012 – grifos nossos).

A dificuldade de o Movimento gestar seu próprio movimento exige uma revisão tanto da conjuntura política entorno do campo da reforma agrária, mas também sobre a situação em que se encontravam as famílias assentadas – muitas delas ainda em condições precárias em termos de reprodução social. Ainda sobre o período atual e compreendendo as diferenças regionais no Brasil resultantes do tempo histórico de cada estado, de cada região outro agricultor assentado também avalia que “[...] esse período agora, sobretudo, nacionalmente, ainda há espaço para o conflito, luta por assentamento, mas nós aqui [Rio Grande do Sul] é **um período de absorção de uma situação criada de “como ser MST”, fazer luta política, sem ter acampamento [...]**” (Direção Executiva 19, 2012). Esse processo de rearranjo interno, em que o “Movimento tem que saber se recriar dentro dele, esse é o debate que tem aí, **‘como tu se recria nesse novo tempo histórico?’**” (Liderança Estadual 08, 2012 – grifos nossos), caracteriza a atualidade como um período de transição entre concepções e estratégias, tanto para continuidade do Movimento, quanto para o desenvolvimento dos assentamentos.

Desta forma, em meio a disputas e discussões internas, é construído e consolidado um horizonte que supera o modelo anterior, cuja pauta principal era a reivindicação por crédito, por recursos públicos, pela luta pela terra etc. Atualmente, as “lideranças estão, pelo esforço prático, se convencendo de que o discurso, a retórica política deles [referente ao crédito] está equivocada” conforme avalia um dos entrevistados (Direção Executiva 02, 2012), ou seja, para o Movimento no Rio Grande do Sul a questão de organização da produção passou a ser prioritária e isso indica igualmente um “um enfrentamento de lógicas que está se produzindo dentro do Movimento” (*Id.* 2012). Aliás, demonstra também diferentes leituras sobre a realidade considerando a diversidade do meio geográfico nos assentamentos gaúchos – ou seja, enquanto que para alguns a prioridade ainda é crédito ou renegociação de dívidas, para

outros a prioridade é escoamento da produção, agroindustrialização e acesso ao mercado (institucional e convencional). Em termos gerais, os movimentos que caracterizam o Movimento, nesse período de transição, apontam uma mudança da pauta da *luta pela terra* para uma pauta da *luta [para ficar] na terra*.

Deste modo, no Rio Grande do Sul, o MST e os assentamentos vinculados a ele, vivem o que o agricultor assentado denominou como uma “[...] nova fase do processo de cooperação agrícola, de debate de foco nos assentamentos, é em função também da conjuntura política, de amadurecimento político de direção, de estratégia, e vendo o histórico colocado [...]” (Direção Executiva 19, 2012). Portanto, tem-se implícita uma revisão do modelo de cooperação e, sobretudo, da “espinha dorsal da estrutura política” que aponta a direção do movimento. Neste processo, cabe situar que nos últimos anos o Movimento passa a discutir novas concepções e estratégias organizativas, com o fortalecimento da cooperação e acompanhamento às cooperativas em operação. São marcantes aqui a necessidade da organização da produção e o acesso aos mercados institucionais. E tal perspectiva não se encerra somente na dimensão interna do Movimento, mas principalmente na forma de relação com a sociedade e com o Estado, conforme relata o agricultor assentado:

Faz uns quatro ou cinco anos que nós estamos nessa, **de discutir projetos e não dinheiro. E em cima do projeto, nós vamos atrás do dinheiro.** Se tu pegar essa lógica, por exemplo, nós tínhamos no INCRA um milhão [de reais] para rede de água, nós discutimos de não fazer rede de água, de contratar projeto. Os projetos de rede deu 40 milhões, os 40 milhões nos negociamos. [...] **uma mudança de paradigma!** (Direção Executiva 19, 2012).

Essa mudança de paradigma, de superação de uma lógica de elaboração de projetos, conforme a disponibilidade de recursos ou, ainda, de projetos que “coubessem” em determinado orçamento – geralmente limitado – da política de Estado, tem amplas repercussões na estrutura de organização política e econômica do Movimento – sobretudo no movimento de concepção de projetos e na forma de reivindicar recursos. Isso é, na avaliação do agricultor, “[...] o principal acúmulo político da organização no período. Com isso nós temos entendido que temos avançado. Agora a prioridade: fazer viabilidade econômica, então a prioridade é botar todos esses investimentos em curso...” (Direção Executiva 19, 2012). Tais movimentos reforçam a responsabilidade das cooperativas no desenvolvimento dos assentamentos, incluindo a agroindustrialização como estratégia, tendo por resultados a avaliação de que é preciso qualificar a discussão, avaliar a viabilidade de qualquer investimento.

Doutro modo, pode-se compreender que o embate entre diferentes concepções é uma característica fundamental na estrutura de organização do MST e que tais disputas dizem respeito não somente a projetos e perspectivas do Movimento, mas principalmente sobre as prioridades e investimentos regionais. Diz respeito, em especial, a capacidade de organização social e ao exercício político de mediação dos interesses entre a base (famílias assentadas) e o Movimento em suas outras escalas de atuação.

Por fim, ainda sobre a relação com o Estado e com a sociedade de forma geral, pode-se apontar dois movimentos sendo que: até os anos 2000 é característica uma relação de enfrentamento com o Estado, de pressão via ocupações pela realização da reforma agrária e a relação com a sociedade se realizava, sobretudo via problematização da questão agrária e no diálogo com a população marginalizada. Após os anos 2000, tem-se a experiência de participação no Estado em que algumas lideranças assumem cargos políticos e que passam a contribuir “por dentro” Estado, na formulação de programas e políticas. Já no início dos anos 2010, sobretudo no Rio Grande do Sul, o Movimento assume esse processo de transição, no qual a relação com o Estado se dá por meio do embate e de disputas – no campo do Estado e da reforma agrária – em que a *negociação* ganha centralidade. E a relação com a sociedade se estabelece pela produção de alimentos com qualidade, a preços acessíveis e responsabilidade ambiental, com ênfase para construção de uma marca e de um padrão de qualidade que possam vir a ser associados aos resultados da reforma agrária. Portanto, a luta pela reforma agrária permanece e as estratégias de organização política e econômica são adaptadas de forma a atender as especificidades do período histórico e das especificidades regionais das famílias assentadas e do próprio Movimento.

### **Permanências nos movimentos: o essencial e seus conteúdos**

*Mas agora, nós entendemos que é um período de plantar árvores!*  
Agricultor Assentado - Tapes/RS

As permanências indicam “árvores que já foram plantadas” e que oferecem atualmente uma “espinha dorsal” para a organização do MST no Rio Grande do Sul, de modo a manter determinados princípios essenciais, mas adaptando-se à conjuntura. Indicamos as permanências na estrutura política – as instâncias de representação – e na estrutura econômica



– os grupos de cooperação. A partir delas, o Movimento tece rearranjos internos para atender aos desafios contemporâneos, sendo um deles o desenvolvimento dos assentamentos.

A organização da estrutura política do Movimento é articulada a partir de instâncias de representação. De forma geral, “o esqueleto político básico” é estruturado tanto nos assentamentos quanto nos acampamentos a partir dos:

[...] núcleos, vai para a coordenação do assentamento, vai para a coordenação regional, cada regional tira um representante para a coordenação estadual do MST, a coordenação tem uma direção executiva estadual, um grupo menor, que acompanha as grandes regiões, e cada estado tem os dois representantes [...] na direção nacional do Movimento (Direção Cooperativa 09, 2012).

Ao mencionar “região” ou “grande região”, recorrente nas falas dos agricultores assentados, eles referem-se a uma regionalização criada pelo Movimento, a partir de critérios como o número de famílias assentadas, proximidade geográfica e, também, trajetória e coesão política. A regionalização é uma estratégia geográfica para a representação política equitativa dos assentamentos. Essa regionalização, que define instâncias de representação e quantidade de representantes é reavaliada sempre que necessário em encontros estaduais do Movimento.

Ao dialogar com um assentado que ocupa o cargo de *dirigente* regional, ele nos relata parte das tarefas realizadas na região e/ou microrregião e que caracteriza a função política de liderança e seu papel de mediação:

[...] no Movimento então, cada regional [refere-se aqui a microrregião], tem um companheiro e uma companheira que fazem parte da direção estadual, que se reúnem quando necessário três ou quatro vezes por ano, **para discutir o geral do Movimento**. E também ajuda a discutir a **questão de projeto**, a questão do endividamento, e a nossa tarefa é **sempre estar informando**, na questão do endividamento, negociação de dívida, se tem projeto... Sempre tem que **estar tentando organizar** [...] nós temos agora a questão do poço artesiano e o nosso papel vai ser reunir o assentamento, discutir com as famílias, que aquele poço, quem vai ter que cuidar dele, fazer manutenção, controlar, cuidar, vai ser o próprio assentamento. Outra questão, por exemplo, na estiagem, quando veio a cesta básica **nós tivemos que acompanhar a defesa civil e a prefeitura, para entregar em todos assentamentos** [...] depois veio o cartão estiagem de 500 reais, entregando, pegando assinatura [...] (Liderança Regional 06, 2012 - grifos nossos)

Portanto, o cargo de dirigente regional ou da microrregião tem implícita uma tarefa de mediação entre assentados – sempre estar informando – e o Movimento – estar tentando organizar, a fim de manter a vitalidade e a conexão política. Esse é um dos cargos ocupados por lideranças<sup>4</sup>.

<sup>4</sup> Cabe atentar para a diferença entre **cargo** e **posição social**. Em posição social de liderança o sujeito sem-terra pode assumir diferentes cargos na estrutura do Movimento. No entanto, nem todo cargo indica liderança, uma vez que esta é uma posição social no Campo MST na qual, para “assumi-la” o sujeito sem-terra passa por um

Por sua vez, a experiência de cooperação no âmbito do MST deve ser tomada como uma estratégia econômica e política, pois tem por fundamento a viabilização produtiva das famílias assentadas. Também não se pode ignorar suas diferentes formas organizativas, como salienta Scopinho (2007, p. 88):

Nos acampamentos e assentamentos, a cooperação concretiza-se através de uma constelação de formas organizativas diferentes – de grupos informais, associações e condomínios até os diferentes tipos de cooperativas que se enquadram em legislação específica –, estruturadas segundo o modo de apropriação da terra, do capital e do trabalho, a gestão da produção, a regulamentação legal e a organização das moradias.

A cooperação é um dos princípios essenciais ao Movimento, sobretudo entre 1989 e 1992, período em que “toda a atenção do MST voltou-se para a consolidação de sua estrutura organizacional e desenvolvimento de seu modelo de cooperação agrícola nos assentamentos” (BORGES, 2010, p. 158). Logo, em função da preocupação com a dimensão econômico-produtiva, as cooperativas passaram a ganhar relativa centralidade – dentre os motivos, o imperativo de uma entidade jurídica com permissão para trâmites de compra e venda de produtos, além de ser o principal meio de acesso às políticas públicas.

Além disso, para a sustentação da luta social e a permanência na terra [a luta *na terra*] exige-se uma problematização da função atribuída à agricultura na década de 1980 – de produção de matéria-prima e sua integração aos complexos agroindustriais, em franca expansão nesse período. Neste processo, a agroindustrialização passa a papel central no modelo de cooperação agrícola, pela articulação entre a produção-processamento-comercialização e o planejamento do circuito produtivo – que, por sua vez, é favorecido em áreas agrícolas coletivas e enfrenta dificuldade nas áreas de lotes individuais. A integração dos assentamentos ao mercado se constitui num desafio, inclusive pela crítica ao modo de produção capitalista e ao intento da coletivização dos meios de produção como forma “superior” de organização do trabalho e da produção. Além deste, há outros desafios como a gestão das singularidades individuais<sup>5</sup> que é a base da coesão social e política dos projetos coletivos e que indica a capacidade de resistência as adversidades. Tais questões, somadas às dificuldades econômicas para a organização da produção e do processamento, contribuíram

---

processo de incorporação do *habitus* político, das regras do Campo etc. tornando-se assim um agente no Campo (com capitais e poder de voz) – conforme discutiremos em outra oportunidade.

<sup>5</sup> Dentre eles “problemas pessoais, desejo de regular seu próprio horário de trabalho, dificuldade em dividir os lucros da produção, experiências fracassadas, falta de confiança nos líderes” (MACIEL, 2009, p. 225).

significativamente para que muitos assentados desistissem do modelo de cooperação com coletivização dos meios de produção<sup>6</sup>.

As dificuldades envolvendo gestão coletiva e a desistência de algumas famílias evidenciam que o “assentado **não** é essencialmente um sujeito individual que **despreza o coletivo**, mas, sim, que não se sente contemplado na organização de grupos para produção e comercialização coletiva, como é o caso das cooperativas” (MACIEL, 2009, p. 225 – grifos nossos). Como ressalta o agricultor assentado (Direção Cooperativa 09, 2012), “no coletivo não prevalece o que tu pensa e quando vai discutir, tu têm que ouvir todos” além de que as propostas para “produção tem que ter viabilidade”, pois envolve um conjunto de famílias que dela dependem diretamente.

A partir dessas questões o Movimento passa por um processo de revisão da centralidade das cooperativas coletivas no modelo de cooperação, passando a aderir a outros tipos, com ênfase na escala regional e com foco em algumas linhas produtivas tais como a produção de leite, de arroz orgânico e de sementes de forma a atender grande parte das famílias assentadas. As cooperativas permanecem como centrais na estrutura econômica, passando a assumir outros formatos (regionais, prestação de serviços etc.), mas com reforço de seu papel, com uma atuação mais intensiva nos assentamentos, a fim de reorganizar a base, fomentar estratégias produtivas diversificadas, organizar e articular a produção, dentre outros.

Do ponto de vista político, as cooperativas também atuam na mediação de interesses entre as famílias e o MST ao indicarem a presença do Movimento no cotidiano do assentamento, resguardando princípios e mantendo a articulação das famílias assentadas ao Movimento. Essa dimensão política da cooperação “diz respeito à própria continuidade do MST como entidade coletiva, mediadora da relação entre o indivíduo rural Sem Terra e a sociedade [...]. A cooperação organizativa e a solidariedade militante garantem a logística que sustenta a luta social pela conquista e permanência na terra” (SCOPINHO, 2007, p. 7). Consequentemente, as cooperativas, como mediadoras, se tornam estratégicas não somente para a sobrevivência econômica dos assentamentos via a **permanência na terra**, mas principalmente para a manutenção da vitalidade política da organização social.

---

<sup>6</sup> Dentre os problemas Scopinho (2007, p. 9) destaca: “[...] falta de trabalho e renda decorrentes, internamente, da ausência de planejamento e controle administrativo que considerasse também a lógica de mercado e, externamente, da ausência de incentivo econômico por parte do Estado, de uma política agrícola que tornasse o crédito acessível para os pequenos. Um outro importante fator atribuído à crise das CPAs é que este formato de cooperativas, inteiramente coletivo, não foi capaz de absorver a maioria da base social do MST”.

Portanto, a organicidade do Movimento perpassa por uma articulação entre a estrutura política e econômica, em seus diferentes níveis escalares. Assim, é justamente a partir das possibilidades de encontros e de relações de poder entre sujeitos – individuais ou coletivos – que se forjam espaços-tempos *da* política: esse lugar de possibilidades, de formulação de projetos [que são projeções] sobre o mundo e para o mundo. Relações e sujeitos que estão situados geograficamente, que versam sobre o futuro, sobre a vida, sobre a continuidade de sua existência. Assim, o poder e a política são essenciais para instaurar novas relações e para conceber um [outro] mundo em comum.

### A luta pela terra e na terra: o político é forjado na vida

*Pensar com o espaço implica admitir múltiplas temporalidades convivendo simultaneamente.*  
 Carlos Walter Porto-Gonçalves

Em sua maioria, os assentamentos gaúchos foram criados a partir do deslocamento da população para outras regiões – preponderantemente do norte para o sul do estado. Esse fato desencadeou uma série de mudanças, ainda em processo, sendo que muitas delas são marcadas pelo enfrentamento político-ideológico, pelo contraponto aos modos de vida e às concepções de mundo entre os sujeitos *sem-terra* e os *gaúchos peões* ou *pelo-duro* da região da campanha. Assim, a instalação de assentamentos rurais contribuiu, ainda que de forma pontual, à desconcentração da estrutura fundiária, ao acréscimo da densidade populacional e ao dinamismo econômico da “metade sul”, já em meados dos anos 1990.

A partir da Tabela 1, pode-se observar que, entre 1990 e 2000, foram instalados 60% dos assentamentos que existem atualmente no Estado. Cabe destaque às regiões Território Zona Sul, Fronteira Oeste-Livramento e Metropolitana, sendo que as duas últimas não possuíam, até então, áreas reformadas. Conforme os dados, há atualmente cerca de 13 mil famílias assentadas no Estado.

**Tabela 1 - Assentamentos instalados, número de famílias e área.**

| Regiões INCRA*        | Capacidade Famílias | Área (ha) | Assentamentos |           |           |       |
|-----------------------|---------------------|-----------|---------------|-----------|-----------|-------|
|                       |                     |           | até 1989      | 1990-2000 | 2001-2011 | Total |
| Centro-Norte-Nordeste | 4.423               | 95.687,47 | 6             | 55        | 36        | 97    |
| Metropolitana         | 1.066               | 21.882,96 | 0             | 26        | 06        | 32    |
| Missões               | 1.286               | 26.628,34 | 2             | 23        | 11        | 36    |
| Território Zona Sul   | 4.694               | 99.582,18 | 6             | 70        | 40        | 116   |

|                                 |               |                   |           |            |            |            |
|---------------------------------|---------------|-------------------|-----------|------------|------------|------------|
| Fronteira Oeste -<br>Livramento | 1.856         | 38.462,83         | 0         | 26         | 22         | 48         |
| <b>Total</b>                    | <b>13.325</b> | <b>282.243,77</b> | <b>14</b> | <b>200</b> | <b>115</b> | <b>329</b> |

\*Consideramos a regionalização adotada internamente pelo INCRA-SR 11, a fim de facilitar a sistematização dos dados obtidos.

Fonte: INCRA, dados de 2011 – Pesquisa de Campo (fevereiro 2012).

Elaboração: Sulzbacher, 2012.

A mobilidade populacional decorrente da “reforma agrária” repercutiu diretamente no processo de reprodução social das famílias assentadas, em especial na dimensão produtiva, como analisa o engenheiro agrônomo João Carlos C. Gomes (2005, p. 163):

Hoje o que se observa em determinadas regiões, como na metade sul do Rio Grande do Sul, é que depois de quase 15 anos de instalação dos primeiros assentamentos muitos agricultores ainda não encontraram uma proposta ou arranjo produtivo que lhes garanta a tão almejada sustentabilidade.

A começar, as famílias assentadas têm dificuldades impostas pelo meio, com condições edafoclimáticas diferentes daquelas a que estavam habituadas e nas quais muitas delas embasavam seu saber-fazer agrícola, conforme relata a cientista social Jaqueline Haas (2012, p. 166 – grifos nossos) em pesquisa realizada junto a uma das cooperativas coletivas em assentamentos no RS:

Quanto às dificuldades retratadas pelos assentados já no assentamento, estão as questões ligadas as limitações físicas e geográficas existentes na região destinada para o assentamento, uma vez que eles desde crianças, conheceram técnicas agrícolas e tipos de produção específicos para serem empregadas em um determinado tipo de solo. Quando assentados, **necessitaram descobrir e aprender como trabalhar com um tipo de solo distinto, a qual encontraram no assentamento, necessitando para tanto outros meios de produção e ainda outras técnicas de produção.** Nesse sentido, percebe-se a partir dos relatos, que as políticas públicas, os processos de intervenção, que ocorrem no campo da Reforma Agrária, **não consideram as trajetórias sociais das famílias a serem atingidas/contempladas.**

Esse processo de adaptação, do “descobrir e aprender” a trabalhar em diferentes condições tem sérias implicações na reprodução social das famílias. Em outra pesquisa, o engenheiro agrônomo Leonardo Melgarejo (2000, p. 15), ao analisar a relação homem-ambiente, aponta que, “em mais do que 50% dos assentamentos, a totalidade das famílias não possuía experiência compatível com as exigências do local onde foram assentadas”.

Em muitos casos, as famílias levaram ao menos 10 anos para se adaptarem. Isso significa passar por um processo de tentativa de produção das culturas conhecidas e, especialmente, utilizando as práticas agrícolas convencionais, por sucessivas frustrações que desencadeiam a percepção da necessidade de mudança e de dominar novas técnicas. Um caso típico ocorre nos assentamentos com terras baixas, as quais inevitavelmente acabam sendo



direcionadas para a produção de arroz, cujo cultivo é desconhecido por grande parte das famílias. Gomes (2005, p. 165) também comentou essa situação:

[...] na metade sul do Rio Grande do Sul, onde os assentados ainda têm dificuldade de obter resultados satisfatórios com culturas que faziam parte da tradição de cultivo em suas regiões de origem e das suas próprias histórias de vida, como é o caso da mandioca ou da soja. Como as condições e aptidões do agroecossistema são diferentes, os resultados negativos aconteceram, gerando decepção e até mesmo abandono do assentamento.

Em geral, para aqueles que ficaram a estratégia se construiu a partir da união das famílias e da definição de pautas de reivindicação para garantir infraestruturas básicas e a liberação dos créditos iniciais. Essas pautas são mediadas pelas lideranças, debatidas nas estruturas políticas e econômicas do MST e defendidas diante de outras instâncias políticas (como as prefeituras, secretarias regionais do governo estadual, etc.).

Desse modo, o lugar do assentamento passa a ser um lugar de encontro, ao modo proposto por Massey (2000, p. 184 – grifos nossos): “o que dá a um lugar sua especificidade não é uma história longa e internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, **que se encontram e se entrelaçam num *locus* particular**. [...] Trata-se, na verdade, de um lugar de encontro”. O assentamento constituiu-se enquanto um lugar de encontro de diferentes trajetórias em processo de ressignificação, de redefinição dos projetos de vida e, inclusive, do devir do assentamento. Esse foi um encontro dos diferentes, que compartilham a particularidade de serem sujeitos políticos sem-terra (mas, ainda assim, cada qual singular), **em um local diferente a ser transformado em lugar** – material para a objetivação de projetos de vida. Esse momento repercute na formação das lideranças, sendo elas a combinação contraditória entre uma posição social no âmbito da estrutura do MST e a situação de um sujeito sem-terra que tem suas próprias aspirações enquanto um agricultor assentado.

Portanto, nas discussões para a definição das “pautas de luta” há diversas implicações trazidas pelas particularidades regionais da organização política e econômica dos assentamentos. Tais particularidades, ao serem endossadas pelos sujeitos sem-terra em posição social de liderança, são justapostas a outras demandas que participam da disputa por recursos. Em entrevistas realizadas com lideranças do MST, podemos observar algumas das “pautas de luta” consideradas ainda de “necessidade básica” como “[...] a falta de infraestrutura básica nos assentamentos é ainda uma vergonha [...] não têm estrada, [...] têm

mais de [?] cinco mil famílias sem água potável. [...]” (Direção Cooperativa 9, 2012). Essas condições nos dizem algo sobre as disputas políticas sobre a reforma agrária neste país.

As diferentes pautas de luta política são mediadas pelos sujeitos sociais sem-terra em posição de liderança, seja na estrutura política, seja na estrutura econômica. É importante frisar que liderança e dirigente geralmente estão relacionados, mas especificamente a liderança tem a ver com aptidão pessoal (certo carisma), com a capacidade de “comunicar-se mais”, enquanto que o dirigente é um cargo, com responsabilidade e atribuições de representação política: “Liderança, na verdade, **não precisa ser dirigente para ser uma liderança**. Porque existem muitas lideranças que não é dirigente, mas são lideranças dentro dos assentamentos, dentro de um grupo, dentro de uma comunidade, mas mesmo não sendo dirigente” (Dirigente Cooperativa 07, 2012 – grifos nossos). Utilizar-se-á a noção de liderança, pois além do diferencial político ligado a subjetividade do sujeito, ela é mais ampla, podendo comportar diferentes cargos (como os de coordenador de assentamento, direção/dirigente regional, direção estadual, direção executiva, dentre outros). Em suma, a liderança como uma posição social pode ser ocupada por sujeitos sem-terra nas diferentes instâncias de representação: dos núcleos de base à diretoria executiva. Estes têm um papel fundamental de mediação, e apresentam, entre si, particularidades quanto às concepções acerca da realidade dos assentamentos, mesmo que articuladas por princípios e ideais universais do Movimento.

Sobre a questão da mediação, é importante frisar que o Movimento é um primeiro mediador – por participar no campo da reforma agrária – entre as famílias assentadas e o Estado, e é no acampamento que o “próprio MST é apresentado como instituição mediadora na luta pela distribuição de terra empreendida pelos *sem-terras*” (LIMA, 2008, p. 129). O exercício da mediação, em áreas de reforma agrária, torna-se necessário, uma vez que “não há possibilidade efetiva do cidadão atomizado relacionar-se com o Estado: é sempre necessária uma mediação e dos dois lados” (CARVALHO, 1998, p. 21). E ela se efetiva a partir de “duas mediações básicas: do lado do Estado, ou seja, do espaço público da questão agrária, apresentam-se os organismos governamentais, [...]; do outro lado, o da sociedade civil, as associações gerais e as cooperativas dos assentamentos [...]” (CARVALHO, 1998, p. 20). Em Neves (2008, p. 31) o termo mediador “abarca ações de indivíduos dotados de posição ou função, segundo atribuições definidas em específicos campos de significação, investimentos ou na construção de interdependências entre o pontual e o universal”. No caso em análise, os

“campos de significação” incluem o repertório político-ideológico que sustenta os movimentos do Movimento enquanto que a construção de “interdependências entre o pontual e o universal” se faz a partir da construção de pautas e prioridades do local ao estadual que são rediscutidas a cada nível de representação.

Portanto, a mediação ocorre na execução de tarefas que envolvem negociação e repasse de informações – para as duas pontas – de reunir o pessoal para discutir sobre demandas e sobre as questões organizativas que envolvem as famílias assentadas. Assim, o cargo de direção regional constitui-se enquanto uma situação particular e confere um determinado status nos assentamentos aos sujeitos sem-terra que *estão*<sup>7</sup> lideranças.

### Algumas considerações

*[...] o mundo não foi feito apenas para uma meia dúzia de privilegiados que podem efetivamente escolher em que território(s) prefere(m) a cada dia viver.*

Rogério Haesbaert

De forma hegemônica, as mídias e a sociedade em geral observa o Movimento social como um todo unificado e organizado, algo comparado com outras estruturas institucionais como a Igreja ou, paralelas, como o narcotráfico. No entanto, é preciso lançar mão da imaginação geográfica e política para apreender os elementos que produzem um movimento social nessas dimensões. Um movimento social é feito de esperanças e de muito trabalho voluntário, de momentos para *revisão* sobre o mundo, com a contraposição de leituras e a proposição de outras vias possíveis para a vida. Portanto, os Movimentos são feitos de outros tantos movimentos, acionados e mobilizados por aqueles que insistem em acreditar em outras geografias futuras.

A estrutura política e a estrutura econômica de organização do Movimento no Rio Grande do Sul têm, cada qual, significativa importância na manutenção de uma relativa coesão interna, articulando os assentamentos ao Movimento. Ambos não funcionam separados, ao contrário, estão intimamente relacionadas e para entender seu funcionamento é preciso estudar seus principais elos – os agentes – e as regras que fazem parte do campo de ação.

---

<sup>7</sup> Optamos por destacar uma perspectiva situacional das lideranças, em que está implícita uma delimitação temporal (geralmente de dois anos) e de atuação espacial.

## Referências bibliográficas

BORGES, J. L. Bases históricas do cooperativismo no MST. **Revista Fato & Versões**, n. 3, v. 2, 2010, p. 157-173.

CARVALHO, H. M. de. **Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Curitiba, Ministério Extraordinário de Política Fundiária e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Agosto, 1998.

CUBAS, T. E. A. São Paulo Agrário: representações da disputa territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

FERNANDES, B. M. **20 anos do MST e a perspectiva da reforma agrária no governo Lula**. 2006. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/20anosdomsteaperspectivadareforma.pdf>. Acesso em 25 out 2012.

GOMES, J. C. C. Pesquisa agropecuária e reforma agrária: contribuição para a análise da qualidade dos assentamentos. In: FRANÇA, Caio G. de; SPAVOREK, Gerd. **Assentamentos em debate**. Brasília: NEAD, 2005. p. 155-167.

HAAS, J. M. Do campo projetado ao campo vivido: as trajetórias sociais no espaço rural de Brasil e Espanha. 2012. **Tese** (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

LIMA, G. C. D. O “sujeito da reforma agrária” e a constituição de mediadores. In: NEVES, Delma Pessanha (org.) **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008, p. 129-154.

MACIEL, M. C. O individual e o coletivo nos assentamentos: entre o ideal e o real. In: FERRANTE, Vera L. S. B & WHITAKER, Dulce C. A. **Retrato dos assentamentos**. Araraquara, SP: Publicação periódica do NUPEDOR – UNIARA/INCRA, Araraquara, n. 12, 2009, p. 217-242.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, A. A. (org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papius, 2000. p. 176 – 185.

MELGAREJO, L. Desempenho, Eficiência Multidimensional e Previsão de Possibilidade de Sucesso em Assentamentos de Reforma Agrária, no Rio Grande do Sul. 2000. 482 f. **Tese** (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

NEAG – NÚCLEO DE ESTUDOS AGRÁRIOS. **Relatório DATALUTA Rio Grande do Sul**. 2012. Disponível em: <https://sites.google.com/site/neagagraria/dataluta> Acessado em 20 nov. 2014.

NEVES, D. P. A reforma agrária esforçada. In: FERRANTE, Vera L. S. B. & ALY JUNIOR, Osvaldo. **Assentamentos rurais: impasses e dilemas** (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: INCRA, 2005, p. 71-116.

SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. In: **Psicologia e Sociedade**. Porto Alegre - RS, v. 19, p. 84-94, 2007.

SULZBACHER, A. W. Política, Território, Poder e a Agroindustrialização em assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul. 2015. **Tese** (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/123404>> Acesso em 15 mai. 2017.